

**Oracy Nogueira.** *Preconceito de marca.* Edusp, São Paulo, 1998, 245pp.

Teófilo de Queiroz Júnior

Professor aposentado do Departamento de Sociologia – USP

A Edusp (Editora da Universidade de São Paulo) acaba de publicar um respeitável trabalho de Oracy Nogueira, sociólogo falecido há três anos. Trata-se de *Preconceito de marca. As relações raciais em Itapetininga*.

Este estudo foi editado pela primeira vez, em 1995, como *Relações raciais no Município de Itapetininga*, fazendo parte de um volume de título quilométrico: *Ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no Município de São Paulo*.

O intervalo, de quase meio século, entre as duas publicações é de particular importância, seja ao se considerar o fato editorial, seja ao se avaliar as contribuições contidas no livro. Em termos editoriais, o trabalho de Oracy Nogueira, ora resgatado, conquista autonomia, ao tornar-se conteúdo único de um livro, com o aval acadêmico da editora e da professora, responsável por sua edição e apresentação, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Isso expressa indissimulável reconhecimento da competência do autor e da significação de sua obra. Já em termos de contribuições, elas ficaram um tanto ignoradas ou esquecidas por esse quase meio século, transcorrido entre as duas publicações.

A primeira destas, passadas quatro décadas, terminaria, muito provavelmente, na situação dos textos de edição esgotada, que se tornam restritos a bibliotecas especializadas, às estantes dos especialistas, menos difundidos e estudados do que certamente mereciam. Agora, a obra ressurgiu com seu rigor de pesquisa de campo e fontes, sustentando ponderações consistentes e férteis. Mas, a bem da verdade, deve-se reconhecer que, de alguma forma, essa permanência do trabalho em questão, no limbo sociológico, também lhe terá sido favorável. É que, nos anos 60, os chamados estudos de comunidade, aos quais este se filia, foram alvo de severa crítica, ao passo que hoje, muito provavelmente, ele já encontrará leitores menos indispos-

tos e, pois, mais abertos à validade de seu conteúdo, mais receptivos às suas contribuições.

O livro expõe, em suas 245 páginas, o que seu autor chamou de “relatório” (de pesquisa), agora amoldado, com competência e sem desrespeito aos originais, pela professora que o apresenta, enriquecendo o volume com uma Nota sobre o trabalho de edição e a Bibliografia de Oracy Nogueira. Vem também com o título ampliado pela expressão *Preconceito de marca*, o que apenas explicita o critério interpretativo a que se submeteu a pesquisa. Além disso, fica a critério da apresentadora a atribuição de títulos às duas partes em que se divide o texto. O Tempo da Escravidão é como se denomina a primeira parte, com quatro subtítulos, seus respectivos apêndices e mais um sumário. A Segunda – “O Preconceito Racial de Marca” –, contém cinco subtítulos e seus apêndices, mais “Sumário e Conclusões”.

Foi a abundância de notas, resultado do empenho investigatório do autor, que levou a apresentadora a distribuí-las em apêndices numerados, cada um deles abrangendo uma variedade de “Documentos”, por sua vez indicados pela abreviatura “Doc” e também numerados. Nesses, são encontrados dados, como o próprio plano de pesquisa; apontamentos pessoais de membros da comunidade, registros cartoriais (inventários, testamentos), entrevistas, depoimentos, questionários, artigos e notícias de jornal; atas, observações diretas de fatos do cotidiano, de situações especiais, como celebrações religiosas, comemorações cívicas e sociais etc.

Parece não ter escapado à atenção do pesquisador o que quer que fosse necessário ou útil à análise e explicação do efetivo relacionamento de brancos com negros e seus mestiços – as formas assumidas, os preceitos e valores de que se revestiam, os objetivos visados e os fatores de sua persistência ou alterações.

Foi com o objetivo de favorecer a “fluência para a leitura contemporânea”, conforme justifica a apresentadora, que esta procedeu aos ajustes de ordem editorial. E o resultado foi adequado, pois conferiu ao texto equilíbrio formal entre o corpo da redação e as notas correspondentes.

Outro equilíbrio digno de registro, creditado exclusivamente ao autor, é o que se verifica entre o quantitativo e o qualitativo no conteúdo. De quantitativo, há fartura de dados que, tratados com competência estatística, aprofundam os quadros preliminares em tabelas e gráficos elucidativos.

É sabida a dificuldade na localização e utilização de tais dados, sempre escassos e muitas vezes imprecisos, principalmente quando elaborados em datas distantes, como nos dois séculos anteriores, já que o primeiro momento focalizado pela análise é o século XVIII. De lá é que surgem as primeiras notícias de escravos na localidade, antes mesmo que Itapetininga surgisse como vila, para chegar a arraial, em 1724, e ser emancipada como município, em 1770, colocando-se, assim, entre os mais antigos municípios paulistas. Tais dificuldades, contudo, não impediram o autor de montar quadros mostrando, por exemplo, o valor do escravo masculino adulto e de seu trabalho, em confronto com artigos os mais variados e até surpreendentes, como produtos agrícolas, alimentos diversos, tecidos para vestuário, instrumento musical etc.

Também é mostrada a proporcionalidade na distribuição dos contingentes branco, pardo e preto pelas profissões e ocupações locais. Tudo isso para explicar as bases e a configuração da estrutura social, ao longo dos séculos XVIII e XIX, e para vê-la com clareza, neste século. Ao mesmo tempo, são apreendidos e avaliados os recursos legais, morais e consuetudinários responsáveis por sua persistência ou alteração. E, como em Itapetininga também intervieram princípios, objetivos e procedimentos do movimento abolicionista, tudo isso é registrado e avaliado no acompanhamento das alterações provocadas na ordem social vigente, com suas conseqüências.

Até aqui, a primeira parte. Já na segunda, que trata das quatro primeiras décadas deste século, e inevitáveis ultrapassagens no tempo, requeridas para a tomada de perspectiva analítica, os dados numéricos são mais abundantes e confiáveis; é a maior presença de quadros, tabelas e gráficos. O pesquisador recorre com freqüência às informações oficiais do censo de 1940, último anterior à pesquisa, confrontando-as com as correspondentes, encontradas no Censo Provincial, de 1886, e no Nacional, de 1890. Esse procedimento isenta o trabalho de um dos defeitos apontados nos estudos de comunidade, ou seja, restringir a observação e a pesquisa a uma realidade local, única, menor, extrapolando os resultados obtidos, como se esses tivessem a mesma validade para contextos mais amplos e complexos. No trabalho de Oracy Nogueira, os dados obtidos na localidade observada são analisados e interpretados em comparação com outros, de âmbitos que se vão dilatando, da província ao país.

Cruciosos procedimentos metodológicos foram obedecidos pelo sociólogo competente e com prática em pesquisa, ao observar dados, coletá-los e manipulá-los pela análise e explicação. Ficaram, assim, asseguradas contribuições ao amadurecimento da própria Sociologia no Brasil (não se deve esquecer que a pesquisa ocorreu ainda na primeira metade deste século), e à comprovada convicção da validade da pesquisa de campo nessa ciência. O que constituía o verdadeiro alvo do trabalho, no entanto, era a obtenção de conhecimentos mais objetivos e confiáveis, numa palavra, científicos, sobre o que há de peculiar e, até então, insuficientemente explicado nas relações raciais entre brancos e negros no Brasil, o preconceito de marca. O autor atingiu essa meta, pondo à prova a consistência de sua concepção desse tipo de preconceito, e, ao mesmo tempo, testando a eficácia deste na explicação das relações raciais entre nós.

Os quase dois séculos e meio de história local, abrangidos pela pesquisa, permitiram analisar a ocupação do espaço físico e a configuração por ela assumida, esta e aquela condicionadas pela prática econômica – pecuária, agricultura de subsistência, comércio de animais de carga e montaria, nos primeiros tempos; cultivo do café e do algodão, depois. Na composição demográfica o detalhamento das proporções entre brancos, pardos e pretos levou cada um desses segmentos a ser visto em sua subdivisão por sexo e idade.

A análise da estrutura social, composta por três classes, conforme a auto-divisão da sociedade local, permitiu não só verificar as acomodações sofridas por esse arranjo, ao longo do tempo, mas também ressaltar como e porque ocorreram. Para tanto, pesaram as variações que se deram no perfil demográfico, por duas ordens de causas. As internas, como nascimentos, óbitos, variação nos resultados da miscigenação e os efeitos do movimento abolicionista. Como as externas, os deslocamentos migratórios. Outras interferências decorreram da inobservância da prática de intra-casamento. A essas se soma a perda de bens territoriais, através das gerações. Diminuição acentuada ou perda total dos bens territoriais acarretaram, aos que as sofriam, um rebaixamento na escala social, expondo-os à prestação de serviços a parentes mais abastados, como seus dependentes.

Muitos desses decadentes foram carreados a cargos burocráticos, quando não, a ofícios manuais, considerados menos prestigiosos na localidade.

Já as violações ao intra-casamento alimentaram a miscigenação. A respeito, foram recolhidos casos freqüentes de “uniões pré-maritais – duradouras ou ocasionais – de homens brancos de projeção, com mulheres de cor”, prática que chegou até as primeiras décadas deste século. Isso, em detrimento da salvaguarda das famílias brancas, que detinham status social superior e concentravam poder econômico e político. Mestiços resultantes dessas uniões (ostentando alguns deles nome de família tradicional), quando instruídos e dotados de traços negróides pouco acentuados, beneficiaram-se desse conjunto de circunstâncias para atingir posto em atividades menos desvalorizadas, podendo até conquistar destaque político. De qualquer modo, no entanto, o apelo a atitudes e práticas dissimulatórias, correntes na localidade, indicavam o mal-estar provocado por tais fatos, em razão do preconceito aí vigente. Servem de exemplos: o uso de termos imprecisos, como “pardo”, “mestiço” para designações mais embaraçosas; e a resistência a reconhecer como de negros(s), a despeito dos traços denunciadores, identificados pelo pesquisador, fotografia(s) de pessoa(s) socialmente aceita(s) como integrante(s) do segmento branco.

Outro recurso esclarecedor da resistência local às oportunidades, acessíveis a negros e negróides, encontram-se no paralelo entre a efetiva ascensão social de estrangeiros (principalmente italianos), portadores de conhecimentos técnicos, e a de negros e seus mestiços, mesmo quando, porventura, também portadores desses conhecimentos. A estes últimos o casamento com brancas representou sempre condição indispensável, mas não àqueles outros.

Para manter a resenha em limites desejáveis, cabe concluí-la, pinçando algumas ponderações encontradas no trabalho resenhado e outras que ele provoca. Uma delas é a que o autor chamou de “compromisso” de parte do branco para “com os interesses da população não branca”. Como origem desse “compromisso” são admitidos alguns dos seguintes fundamentos, ou o conjunto deles: “experiência anterior do branco peninsular com povos escuros, (...) desproporção entre o volume da população metropolitana e a extensão do mundo colonial a explorar, (...) escassez de mulheres brancas, principalmente no começo da colonização, (...) necessidade que tinha o europeu de se valer de equipamento adaptativo de povos já afeitos às condições de vida dos trópicos, (...) pressão do número crescente de pardos e

pretos livres sobre a minoria branca”. Conseqüências desses fundamentos na ideologia brasileira de relações raciais “é que esta é ostensivamente miscigenacionista e igualitária”. De tal capa ideológica, contudo, Oracy Nogueira traz à luz “um tipo sutil e sub-reptício de preconceito”, que se expressa “sob a forma de incentivo ao branqueamento”, com o “escalamento dos indivíduos em função de sua aparência racial”.

Os trechos transcritos foram propositadamente longos para que ficasse bem explícito o pensamento do autor e para que fosse possível uma indagação a que tudo isso dá margem. Não seria esse “compromisso”, na forma como é apreendido e expresso no texto, uma possível explicação para o fato de elaborarmos com freqüência instrumentos legais para demonstrar que não somos preconceituosos em relação aos negros e mestiços, mas conseguindo apenas leis que “não pegam”, conforme expressão popular? É, pelo menos, a impressão que nos causa a ocorrência de renovadas demonstrações desse preconceito, para o qual nos alerta o autor, ao qualificá-lo de “sutil e sub-reptício”. Contra o preconceito racial, no entanto, dispomos da Lei Afonso Arinos e, mais recentemente, de uma legislação penal, que inclui o preconceito (o racial inclusive) no rol dos crimes inafiançáveis. Legislando contra o preconceito, aparentemente repelindo-o, mas desrespeitando a legislação que o combate, nós o preservamos de consciência apaziguada. E, quanto aos “interesses dos não-brancos”, parece que nos limitamos a vê-los atendidos com o branqueamento, a “morenização”, na expressão acalentada por Gilberto Freyre, que proclamava ser tal processo uma invejável lição dada pelo Brasil a outros povos que cultivam o preconceito racial!

Outra observação de Oracy Nogueira, que merece destaque, é a que trata das possibilidades de superação da ideologia, acima denunciada. A condição dessa superação, entrevista como possível, é formulada com base na comparação entre o preconceito racial, vigente nos Estados Unidos, e aquele que nos é próprio. O de lá é “de origem”, o de cá, “de marca”, como esclarece Oracy Nogueira, em ensaio intitulado Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem; sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil, publicado nos Anais do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas. (São Paulo, abril de 1995), e republicado, como parte de um livro seu, sobre a questão

das relações raciais, em 1985. O “preconceito de marca” exclui, enquanto o daqui pretere. A preterição impede que se estabeleça entre nós um confronto entre brancos e negros, com esses dois segmentos populacionais separados por um fosso intransponível. Aqui, é possível a ocorrência de casos individuais de sucesso e ascensão social de negróides mais claros e até de alguns negros. Dada essa peculiaridade de nosso preconceito racial, para o autor, o homem de cor, poderá conseguir um rendimento maior no Brasil do que tem sido conseguido em outros países, divulgando, como técnica de esclarecimento, “informações objetivas sobre as diferenças raciais e culturais”. Tais esclarecimentos, acrescenta ele, que não são inviabilizados pelo fosso intransponível, que o preconceito de origem cava entre negros e brancos, poderão atingir tanto aqueles, quanto estes últimos.

Dentre essas técnicas de esclarecimentos para divulgar informações objetivas, sobre diferenças raciais e culturais, não arroladas no texto, destaca-se a educação sistemática. Ela é formadora de hábitos de utilização de procedimentos metodológicos científicos, como observação, comparação e análise explicativa, respaldadas por teorias adequadas. Tais exercícios, no caso em questão, encontram imprescindíveis recursos na Antropologia, bem como na Sociologia, ciências que Oracy Nogueira cultivava com seriedade e competência.

Contribuições como as assinaladas aqui, ao lado de outras, não apontadas, mas ao dispor do leitor do livro em questão, servem bem para ressaltar o valor do texto de Oracy Nogueira.

É sabido que muito do que ficou mencionado constitui, hoje, conhecimento familiar aos estudiosos desses problemas. E das propostas, porventura originais, ao tempo da primeira publicação, algumas soarão como já conhecidas, ao passo que outras poderão até ter sido ultrapassadas pelo quase meio século, posterior à sua redação.

O recuado no tempo em que data a elaboração deste trabalho, vale reiterar, fala a seu favor e justifica plenamente a oportunidade que lhe deram a dedicação da apresentadora e o acolhimento da Edusp. A ambas se dirigirão, por certo, os agradecimentos de quantos vierem a ter acesso ao livro em questão.